

***CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE 16 DE
ABRIL DE 2007***

**RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO
MUNICÍPIO REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2006**-----

---- O **Excelentíssimo Presidente** apresentou o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas do Município, referente ao exercício de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2006.-----

----- A CÂMARA DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA, APROVAR OS DOCUMENTOS DE **PRESTAÇÃO DE CONTAS** INDICADOS EM EPÍGRAFE E REMETÊ-LOS À **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA E), DO N.º 2, DO ARTIGO 64.º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO E PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 53.º DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL.-----

---- Abstiveram-se os **Senhores Vereadores Dr. José Manuel Pereira Alho, Dr. José de Oliveira Fernandes e Dr.ª Leonilde Santos Madeira Carreira da Conceição**, que apresentaram a declaração de voto, que se passa a reproduzir: “Começamos por salientar a qualidade do trabalho desenvolvido pela equipa técnica que elaborou os documentos e o volume de informação produzida que nos permitiria uma análise muito mais detalhada da actividade do município não fosse o pouco tempo com que estes relatórios nos foram distribuídos. -----

---- Assim, deixamos apenas alguns comentários, referindo alguns aspectos que nos merecem referência:-----

1. Nota-se uma diminuição do investimento municipal em menos 14%, o que revela uma quebra muito significativa relativamente aos dois anos anteriores;-----
2. Continua a ser muito preocupante o serviço de dívida. Com a capacidade de endividamento praticamente esgotada, (a autarquia utilizou 97,6% da capacidade de endividamento disponível) torna-se difícil dar o salto necessário no desenvolvimento do concelho. Basta pensar na reorganização do parque escolar ou na taxa de cobertura das redes de saneamento ainda a 55,5%.-----
3. Num ano marcado pela quebra de investimento em sectores tão importantes para a vida concelhia como é a cultura ou as transferências para as freguesias não deixamos de sinalizar as despesas com instalações municipais próximas de 1,9 milhões de euros (aumento de 53%).-----
4. A dívida a terceiros sofreu uma pequena diminuição em 2006 na ordem dos 7% mas tem ainda assim um valor total de 29,2 milhões de euros.-----

5. O prazo médio de pagamentos teve ligeiro desagramento face a 2005 mas situa-se ainda nos 150 dias. -----
6. O investimento previsto pela concessionária de água continua a níveis incompreensivelmente baixos e a resvalar de ano para ano. Depois de se comprometer a acumular o investimento previsto e não realizado em 2005 para o ano de 2006, apenas 11,97% foi adjudicado e do valor adjudicado (672.620,90€) apenas 24% teve realização física e consequente facturação. Mais uma vez transitam para 2007 os valores acumulados dos anos anteriores.-----
7. Apesar das dificuldades económicas e do que se disse sobre as Finanças Locais e sendo certo que a transferência de verbas da Administração Central não acompanhou a inflação como era de lei, o que representou uma diminuição de receitas do Município, ainda assim vale a pena referir que aumentaram as receitas dos impostos directos em cerca de 14%, o IMI em 16%, a Derrama em 14,81%, o Imposto Municipal sobre Transmissões em 36,34% e também os impostos indirectos em cerca de 41%, loteamentos e obras em 63,82%. Pelo que os proveitos totais evidenciam um aumento de 10%. Ainda do lado da receita e ao contrário do previsto aumentam as receitas relativas a Fundos Comunitários que totalizaram em 2006 um valor superior a 2,1 milhões de euros. -----

---- Pelas razões expostas abtemo-nos na votação deste Relatório.”-----

----- *Departamento de Administração e Planeamento da Câmara Municipal de Ourém, 17 de Abril de 2007.* -----

----- *O Director do Departamento,*